

Por Gloria Faria (\*)



Nos últimos cem anos a expectativa de vida mais que dobrou. Não só vivemos mais, como também, o papel dos idosos na família e na sociedade mudou sensivelmente. Recente estudo da FGV Social mostra que 10,53% da população brasileira têm 65 anos ou mais, e 19,3% dos domicílios têm idosos como chefes de família ou partícipes importantes para o sustento familiar. O mesmo estudo também demonstrou que a proporção de pessoas acima de 65 anos ou mais varia de acordo com a renda.

O acentuado aumento da expectativa de vida deve-se a múltiplos fatores, dentre eles melhor alimentação, avanços da medicina e conquistas da tecnologia. A FGV indica que os idosos correspondem a 17,44% dos 5% dos brasileiros mais ricos e 1,67% dos 5% dos mais pobres.

Entretanto, se todos esses ganhos contribuíram para o prolongamento da vida, a solução para os agravamentos da saúde na velhice e seu financiamento não foi conquistada. A espiral ascendente dos custos da assistência médica e a escassez de recursos para as despesas decorrentes compõem uma equação perversa na qual o financiamento da saúde pública e suplementar privadas permanece em patamar bem inferior e sofre constante involução.

A conquista da longevidade cobra sempre seu preço e o planejamento financeiro para os (muitos) anos que vamos viver após o período laboral se faz essencial. As soluções para garantir os cuidados com a assistência à saúde pela área pública aos que dela necessitam e, paralelamente, para oferecer preços mais acessíveis aos usuários dos planos e seguros de assistência médica suplementar, que lhes permita financiar a continuidade da participação após o final da vida laboral, ainda parecem distantes. A aposta nas novas tecnologias com resultados pontuais no mundo real, terá que popularizar-se para garantir um acesso abrangente aos avanços.

A mesma crise sanitária que fez a inovação acelerar (mais ainda) o passo para combater a Covid-19 e trouxe a telemedicina para o dia a dia do isolamento, também agudizou a crise econômica com o colapso de um grande número de negócios e uma taxa de desemprego que neste início de outubro foi a 13,8%, a maior nos últimos 25 anos.

Viver mais é o sonho de todos que agora está ao alcance de muitos. Todavia, a velhice com dignidade, saúde e independência não é uma conquista fácil nem simples. Em um Brasil onde as promessas constitucionais de um bem-estar social tardio raramente se cumprem e a desigualdade social castiga e condena uma parte substancial da população a uma educação e assistência à

saúde prejudicadas pela escassez de recursos, a longevidade com dignidade é cara, e para poucos.

Para além da dependência de novas fontes de financiamento para saúde e para a previdência pública e privadas, a mudança profunda que se faz necessária é, sobretudo, de ordem cultural. Os millenials precisam compreender, internalizar que o planejamento e a poupança são condição essencial para a garantia de qualidade de vida no período, cada vez mais longo, em que não mais estarão no mercado de trabalho, produzindo e gerando renda.

Os mecanismos para planejamento pessoal financeiro de longo prazo que permitam uma terceira idade mais previsível e independente vem se aperfeiçoando e se multiplicando com produtos de seguros e planos de previdência diversificados e mais acessíveis. Em muito contribuiu, no caso, a Covid-19 que trouxe a consciência do risco de doença e morte para mais perto de todos.

O Brasil sempre padeceu de uma poupança interna muito aquém de suas possibilidades e mais ainda de suas necessidades. As razões para esse comportamento imediatista e impulsionado pelo consumismo encheriam páginas e páginas com comentários dos nossos (muitos) melhores economistas. Diria minha mãe: explica, mas não justifica.

Soluções antigas, envelheceram. Muitos dos desafios são também antigos. É tempo de mudança. Esperemos que os jovens de hoje e novos idosos do futuro construam um novo cenário, mais favorável, para o último ato da incrível aventura que é viver.

(\*) **Gloria Faria** é advogada, sócia do escritório [MOTTA, SOITO & SOUSA Advocacia Empresarial](#), Organizadora da Revista Jurídica de Seguros da CNseg.

01.10.2020